

consciência Bancária

EDIÇÃO DIÁRIA - ANO XXVI - 6308 - QUINTA-FEIRA, 28 DE FEVEREIRO DE 2019



REFORMA DA PREVIDÊNCIA SACRIFICA OS MAIS POBRES

O governo Bolsonaro mira direto em aposentados que recebem até R\$ 1,8 mil de aposentadoria. É triste, mas a realidade é que cerca de 80% do valor que o governo Bolsonaro pretende “poupar” com a reforma da Previdência será fruto de cortes no regime geral, onde estão idosos mais pobres.

Economistas afirmam que se tivessem realmente tentando acabar com os privilégios, o governo mexeria no regime próprio: servidores públicos e aposentados civis da União, que ganham em média R\$ 9 mil mensais. Já no regime geral, para o serviço privado, o benefício médio do Ins-



tituto Nacional do Seguro Social (INSS) é de R\$ 1,8 mil.

Para piorar, tem o modelo de capitalização, que prescinde a contribuição patronal para a aposentadoria do trabalhador, parte do modelo atual. Dessa forma, somente as empresas ganham, aumentam a lucratividade e contribuem para uma larga disparidade social. (SBBA)

AJUDEM O ALBERGUE BEZERRA DE MENEZES



O Albergue Bezerra de Menezes está passando por sérios problemas para manter os idosos do abrigo. Por isso, o Sindicato criou esta campanha para que os bancários possam ajudar.

Vamos arrecadar alimentos não perecíveis ou qualquer outro tipo de donativos até o dia 29 de março.

Vocês podem entregar sua doação na sede do Sindicato, ou a qualquer diretor que compareça a sua agência.

Ajudar aos mais necessitados é um ato de amor e humanidade.

Participem!

PRESIDENTE DA CAIXA FAZ MANOBRA CONTÁBIL PARA DESVALORIZAR BANCO

O presidente bolsonarista da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, ordenou que a instituição faça uma manobra contábil com o claro objetivo de desvalorizar o banco e criar clima para a privatização. A manobra é a de criar uma provisão extraordinária de até R\$ 7 bilhões para supostas perdas esperadas com calotes no financiamento imobiliário e com a desvalorização de imóveis que foram retomados pelo banco. A cúpula do banco está protestando contra a decisão, pois confronta as práticas contábeis históricas da instituição, que contam com aval de auditores independentes e do Tribunal de Contas da União (TCU).



Segundo a agência de notícias Reuters, a medida proposta por Guimarães, que está há menos de dois meses no cargo, deve reduzir o lucro anual da Caixa para menos

de R\$ 10 bilhões. A instituição financeira registrou, até setembro do ano passado, um lucro líquido de R\$ 11,5 bilhões, e a expectativa era que este valor chegasse a até R\$ 16 bilhões ao final do exercício. O banco ainda não divulgou suas demonstrações contábeis referentes a 2018.

A manobra contábil, porém, gerou insatisfação entre os diretores da Caixa. A avaliação é que a medida desautoriza normas e práticas adotadas pela instituição financeira e que possuíam respaldo de auditorias independentes, além do próprio Banco Central (BC) e do Tribunal de Contas da União (TCU). (Brasil 247)

TÁ NA REDE

PAÍS DO FUTURO



PLANTONISTAS DE HOJE

Manhã: CRISTIANE

Tarde: EVERILDO

Acessem o site www.bancariositabuna.com e se informem sobre as notícias do Brasil e do mundo!

COM REFORMA DE BOLSONARO, APOSENTADORIAS PODEM FICAR SEM REAJUSTE

Uma manobra do governo Jair Bolsonaro (PLS) pode deixar as aposentadorias sem aumento real – e até sem aumento nenhum – caso a reforma da Previdência seja aprovada. Tudo porque a proposta que o presidente enviou à Câmara Federal retira da Constituição a regra que determina reposição da inflação para os benefícios acima do salário mínimo. Hoje, esse direito – que Bolsonaro quer excluir – é válido para aposentados e pensionistas da iniciativa privada e do setor público.

A regra atual está em dois trechos da Constituição que

têm a mesma redação: “É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real”. Por isso, a legislação cumpre a exigência e assegura a reposição pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). Em 2018, o INPC variou 3,43%.

Mas a manobra incluída na PEC da Previdência (Proposta de Emenda à Constituição) exclui o termo “valor real” em ambos os trechos: o que trata do reajuste de benefícios dos servidores (parágrafo 8º do artigo 40) e também o dedicado ao reajuste de benefícios dos trabalhadores da iniciativa privada (parágrafo 4º do artigo 201).

Em ambos os casos, a PEC joga a definição das regras de reajuste para uma lei complementar ainda a ser desenhada. No aspecto legal, é muito mais fácil aprovar e mudar uma lei complementar. Ela demanda 257 votos de deputados, em duas votações, e 41 de senadores, em uma votação. Já uma PEC para mexer na Carta Magna, como a PEC da Previdência, pede mais votos – e mais força política. Exige o apoio de 308 deputados e 49 senadores, em duas votações em cada Casa.

A manobra de Bolsonaro deixa a Presidência livre para reajustar aposentadorias e pensões abaixo da inflação. Na prática, esses benefícios podem ficar até sem reajustes de um ano para outro. “Quando se retira uma regra da Constituição, ela deixa de ser política de Estado e passa a ser política de governo. Poderá ser alterada de acordo com as conveniências”, afirma a especialista Gláucia Costa, sócia do LBS Advogados.

É real, portanto, o risco de retrocesso e perdas para aposentados e pensionistas. “Sem a disposição constitucional de preservar o valor real, poderá se chegar ao cúmulo de defender reajustes excessivamente inferiores à inflação ou mesmo a ausência de reajustes”, confirma Marcus Orione, professor de direito previdenciário da USP (Universidade de São Paulo).

No mês passado, o ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou que, sem a aprovação da reforma da Previdência (o “Plano A”), o governo teria de recorrer a um “Plano B” – ou seja, “desvincular, desobrigar e desindexar o Orçamento”. Porém, a manobra de Bolsonaro embutida na PEC da Previdência, se aprovada, já desindexa toda a aposentadoria paga acima do salário mínimo, pondo o Plano B dentro do Plano A.

Até o economista Nelson Marconi (Fundação Getúlio Vargas), crítico da indexação automática, faz uma importante ponderação: “Estamos tratando de algo específico: o trabalhador da ativa pode negociar salário para cima ou para baixo, mas aposentados não têm como negociar. Eles precisam ter o poder de compra de suas aposentadorias protegido”.

Na opinião de Marcelo Martins, sócio do Granadeiro Guimarães, a mudança deve ser alvo de questionamento na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), a primeira etapa pela qual a PEC passa ao longo de sua tramitação no Congresso. “Se acabar aprovado, deve ser objeto de ação de inconstitucionalidade [no Supremo Tribunal Federal]”, diz.

